

Qualificação da Saúde Suplementar: Um estudo importante da ANS

Francisco Galiza, Consultor

Dezembro/2004

www.ratingdeseguros.com.br

No último mês de dezembro, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) tomou uma decisão importante que, possivelmente, terá repercussões para este setor nos próximos anos. A partir de 2005, será criado um "ranking" para as empresas de Seguro-Saúde, denominado oficialmente de "Projeto Qualificação da Saúde Suplementar". Antes de mais nada, é importante comentar que, sendo esta metodologia detalhada (apresentada conceitualmente a seguir), sugerimos que, quem desejar mais aspectos, além desse artigo, o próprio "site" da agência (www.ans.gov.br) é uma boa fonte de consulta.

Em essência, este "ranking" tem como objetivo principal servir como um balizamento da situação de cada companhia neste setor, consistindo de quatro dimensões técnicas: aspectos da atenção à saúde (que representará 50% na avaliação); desempenho econômico-financeiro, 30%; estrutura e operação dos planos de saúde, 10%; e satisfação dos usuários quanto aos serviços prestados, 10%. Em cada um desses grupos, haverá um grupo de indicadores, apresentados em fichas técnicas específicas que apresentam o conceito, o método de cálculo, a definição de termos, as possíveis interpretações, os parâmetros existentes, as metas, a pontuação, a periodicidade e a fonte de dados que serão usados. Em funcionamento pleno, serão avaliados 56 indicadores (34 no item Atenção à Saúde, 8 na Econômico-financeiro; 10 em Estrutura e Operação; e 4 de Satisfação do Beneficiário).

O projeto é para ser desenvolvido em 3 fases. Na primeira delas, 23 indicadores entrarão em funcionamento imediatamente, mais 19 na segunda etapa e, por fim, mais 14 na última etapa. Esta situação se justifica pois o banco de dados ainda está sendo montado. Em termos práticos, as operadoras terão de atingir uma meta determinada pelos indicadores, em cada uma das dimensões do programa. A análise de meta será medida em quatro níveis de 0 a 3. Por exemplo, zero para aquelas que deixarem de apresentar condições necessárias para a análise; 1 para as que estiverem abaixo da meta; 2 para operadoras em condições intermediárias; e 3 para as que atingirem a meta estipulada pela agência. A partir daí, será calculado um Índice de Desempenho, que variará entre 0 (pior valor) e 1 (melhor valor), que representará a nota final de cada companhia (o "ranking").

Como toda medida nova, isto vai proporcionar pontos positivos e pontos negativos (ou melhor dizendo, certos cuidados), que, acreditamos, plenamente conscientes pelo governo. Inicialmente, o aspecto mais favorável é elogiar a iniciativa da ANS, na medida em que isto permitirá uma maior transparência para o setor. Em um momento complexo por que passa este segmento, a medida é bem oportuna. Por outro lado, os cuidados são o de realmente mostrar ao consumidor as limitações técnicas de uma abordagem baseada somente em uma avaliação quantitativa. Por melhor que ela seja, isto em qualquer lugar do mundo, há sempre aspectos que não são plenamente captados em um estudo deste tipo. Se o consumidor não ficar bem consciente deste ponto, o trabalho poderá sofrer críticas, o que seria uma pena.

Por fim, não se pode deixar de lembrar que, nos mercados internacionais, as empresas classificadoras de risco, ao fazerem um estudo independente do setor governamental, e por buscar também outras informações não numéricas (em parceria com a própria empresa analisada), têm também papel muito importante em segmentos com estas características, ao aumentar os graus de transparência e de eficiência. Neste sentido, seria bem interessante e oportuno que esta agência, pelo menos em um projeto de médio e longo prazo, estimulasse algo nesta direção (por exemplo, discurso, desenvolvimento de mecanismos, projetos, etc), em complemento a esta iniciativa pioneira.